

**ATA DA 23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO TOCANTINS**

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e sete (6.11.2007), às dezesseis horas (16h), no plenário dos Colegiados, reuniram-se extraordinariamente os Membros do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins. Conferido o *quorum*, constatou-se a presença dos membros, Leila da Costa Vilela Magalhães, Presidente, José Omar de Almeida Júnior, Alcir Raineri Filho, Angélica Barbosa da Silva, Vera Nilva Alvares Rocha, José Demóstenes de Abreu, Clenan Renaut de Melo Pereira, Ricardo Vicente da Silva, Cesar Augusto Margarido Zaratini e Marco Antonio Alves Bezerra, ausentes, João Rodrigues Filho, em gozo de férias, Elaine Marciano Pires, justificadamente. Iniciados os trabalhos, a Sra. Angélica foi escolhida para secretariar a sessão. A Presidente colocou em discussão os assuntos gerais, sendo abordada a necessidade de remanejamento dos membros dos CAOPS, para melhor atender a área de execução sendo deliberado, por unanimidade, que os Procuradores de Justiça assumirão as respectivas assessorias, a partir de 1º de dezembro do corrente ano, na seguinte ordem; Caop do Consumidor - José Omar, Caop do Patrimônio Público - Alcir Raineri, Caop Criminal - Angélica Barbosa, Caop da Mulher - Vera Nilva, Caop do Meio Ambiente - Clenan Renault, Caop da Infância e Juventude - José Demóstenes, Caop dos Direitos Humanos - Ricardo Vicente, Caop da Cidadania - Marco Antonio e que os atuais assessores cumpram o disposto no art. 11, do Regimento Interno dos Centros Integrados, bem como, no mesmo prazo, informem sobre todos os convênios e parcerias em andamento e eventuais projetos apresentados, pendentes de aprovação. Em seguida foi debatido sobre a delegação dos feitos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça. Após discussão sobre a matéria foi deliberado por unanimidade de votos, que os feitos oriundos do Tribunal Pleno, serão distribuídos aos Senhores Procuradores de Justiça através de delegação regulamentada por ato da

Procuradora-Geral de Justiça, reservando atribuição para si que será compartilhada com o Procurador-Geral de Justiça Substituto, e que por conseqüência o Dr. Clenan não concorrerá mais a distribuição de processos oriundos das câmaras do Tribunal de Justiça. Foi apresentada a recusa do Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, da indicação ao Conselho Curador da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Tocantins, após o debate, com abstenção do Dr. Clenan, por maioria de votos foi deliberado pelo encaminhamento do expediente ao Presidente da ATMP. Em continuidade foi apresentado pela Comissão de Assuntos Institucionais os **Autos nº 04/2007** - Interessada: Dra. Márcia Mirele Stefanello Valente, com a palavra os membros da Comissão de Assuntos Institucionais, noticiaram que os Promotores de Justiça de Porto Nacional chegaram a um consenso sobre a redistribuição de atribuições nas Promotorias, ocasião em que os membros do Colegiado por unanimidade referendaram o acordo entabulado. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a presente sessão às dezoito horas e dez minutos (18h10m), do que, para constar, eu _____(Angelica Barbosa da Silva) lavrei a presente Ata, a qual, após lida, conferida e assinada pelos membros do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

Angelica Barbosa da Silva

Vera Nilva Alvares Rocha

José Demóstenes de Abreu

Clenan Renaut de Melo Pereira

Ricardo Vicente da Silva

César Augusto Margarido Zaratín

Marco Antonio Alves Bezerra